



MULHERES E MUÇULMANAS

Vera Lúcia Maia Marques ¹

A comunicação que apresento foi motivada pela minha participação no *Tercer Congreso Internacional de Feminismo Islâmico*, realizado em Barcelona, na Espanha, entre os dias 24 e 27 de Outubro de 2008². Enquanto realizava o trabalho de campo da minha pesquisa de doutorado, empreendida no campo das práticas religiosas e culturais islâmicas com os muçulmanos no Brasil e em Portugal, tive a grata oportunidade de presenciar o debate realizado por 21 mulheres (e 2 homens), de várias procedências, reivindicando os seus direitos como mulheres e como muçulmanas. Foram 4 dias de apresentações e debates para uma platéia diversificada: muçulmanos (homens e mulheres), não muçulmanos, acadêmicos, ativistas, feministas seculares e curiosos, de várias partes do mundo. Portanto, o que proponho não é fazer uma discussão teórica de gênero, mas sim uma apresentação dos nomes e dos temas abordados por essas mulheres, dada a importância dos assuntos e de suas realidades, na condição de imigrantes e como muçulmanas em seus contextos islâmicos. É a "*gender jihad*", impetrada pelas muçulmanas, com a finalidade de combater para afirmar o seu papel dentro da sociedade³. Pois bem, o feminismo e o Islã, duas idéias aparentemente distantes, se aproximam dando origem a novos movimentos e debates. Ao coro das já conhecidas Fatima Mernissi, Lila Abu-Lughod, Leila Ahmed, se juntam outras que discutem a liberdade feminina, trazendo uma releitura dos textos sagrados sob a perspectiva feminina.

A situação das mulheres muçulmanas, antes limitada ao trabalho doméstico, modifica-se, ainda que não se possa negar algumas fontes de conflitos familiares, pelos mais conservadores. Emergir do âmbito familiar e privado para o espaço no mercado de trabalho levou-as às reivindicações de seus direitos igualitários, não somente enquanto mulheres, mas também como muçulmanas. Os meios de comunicação têm mostrado as restrições que algumas mulheres muçulmanas vivem, em determinados países de maioria islâmica. No entanto, tem relegado a um segundo plano a discriminação que as muçulmanas têm sofrido, não apenas pela suas condições de mulheres, vistas como "oprimidas", mas pela sua condição de muçulmanas no pós 11 de Setembro.

¹ Doutorada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Centro de Estudo da Religião Pierre Sanchis (UFMG-Brasil), participante do Núcleo de Antropologia da Religião (NAR/CRIA-Portugal); Núcleo de Estudos em Contextos Islâmicos (NECI/CRIA-Portugal). verinhamarques@terra.com.br

² <http://www.webislam.com/congresofeminismo2008/>.

Para quem se interessar pela próxima edição do congresso que acontecerá em Madrid (Espanha) nos dias 22, 23 e 24 de Outubro de 2010: <http://feminismeislamic.org/es>

³ http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=31278

Acesso em 09 de Abril de 2010.



Muitas delas tiveram que se despir de suas identificações, enquanto muçulmanas, tiveram que tirar os seus *hijabs* (véus islâmicos), literal e metaforicamente, para ingressarem nos mercados de trabalho e na sociedade (Marques, 2009).

Todavia, em alguns países de maioria islâmica, como exemplo a Indonésia, há mulheres bem sucedidas no mundo dos negócios, mas que continuam a sua luta contra os radicalismos. Em outros países, as mulheres, excluídas da vida social, econômica, política, cultural e religiosa, começam a assumir-se como sujeito histórico, e passam a exigir os seus direitos. A conquista de novos espaços, a presença nos mercados de trabalho e as lutas pela igualdade de direitos, de salários e pela liberdade começam a emergir como resultado dos movimentos feministas islâmicos.

As normalizações da religião, como o uso do *hijab*, as restrições a algumas profissões, as abstenções de sexo antes do casamento, os matrimônios inter-religiosos, dentre outras, têm provocado discussões no mundo islâmico. Também existe um esforço para desconstruir a imagem da mulher muçulmana oprimida e submissa. Nesse contexto, as transformações têm ocorrido, assim como houve a transformação da mulher que rejeitou a dominação masculina e as significativas mudanças que ocorreram no comportamento sexual e social na sociedade moderna (Giddens, 1993). As mulheres muçulmanas, exclusas das funções sociais, passam a ter maior visibilidade ao exigirem os seus direitos. Elas têm buscado os seus espaços, tanto na vida privada quanto na vida pública, e têm lutado pela justiça e igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O Feminismo Islâmico:

Não seria possível falar num feminismo islâmico sem lembrar o feminismo secular ocidental. As mulheres da elite do final do século XIX já reivindicavam o direito de educação e do voto; nos anos 1920 lutaram pela emancipação; na década de 1970 continuaram a luta pela participação nos espaços social e político exigindo melhores condições de vida, discutindo sobre a violência sexual, aborto e meios contraceptivos. Assim, as mulheres saíram da obscuridade para tornarem-se visíveis na sociedade (Samara, 1997).

Margot Badran (2008), historiadora do Oriente Médio e das sociedades islâmicas, além de especialista nos estudos de gênero, não vê nenhum conflito ou antagonismo entre o chamado feminismo secular e feminismo islâmico. Segundo a historiadora, que estava presente no congresso, o feminismo, que primeiro surgiu entre os árabes do Mediterrâneo, foi chamado de feminismo secular.



Uma das feministas islâmicas mais citadas pelos muçulmanos, Fátima Mernissi, tem inspirado os discursos acadêmicos sobre o mundo islâmico. Muçulmana, de origem marroquina, cresceu num *harem* na cidade de Fez, nos anos de 1940. Aspirou tanto a liberdade quanto recriminou os abusos em nome do Islã. Mernissi (1999) coloca o seu olhar sobre a religião na sua gênese e nos dias atuais.

Também seguem por este viés duas pesquisadoras muçulmanas, também presentes no congresso: Asma Barlas e Amina Wadud⁴. Barlas propõe uma hermenêutica do *Alcorão* que permita aos muçulmanos defender a igualdade entre homens e mulheres, contra o discurso patriarcal presente no mundo islâmico. Para ela, a liberdade está implícita nos textos sagrados. Além disso, acredita numa “revolução” liderada por mulheres muçulmanas que, no futuro, poderão desempenhar papéis importantes na esfera pública. Wadud (2008) pensa “igualdade” e “equidade” como termos complementares e acredita que a relação Deus-homem-mulher integra o todo. O *tawhid* (unicidade de Deus) cria equilíbrio e harmonia na ordem do divino, tanto na realidade física quanto na espiritual, assim como no interior de cada um deles. Para Wadud, os seres humanos (homens e mulheres) inter-relacionam entre si e com Deus.

Wadud causou uma situação embaraçosa, quando dirigiu as orações, como *imam*, e fez o sermão, na *jumma* (oração de sexta-feira), para uma platéia mista. Esse ato foi condenado pelos *ulemás* (teólogos islâmicos) oficiais da universidade de *Al-Azhar* (Egito) e pelos *imams* de *Meca* e *Medina*. Entretanto, Wadud não parece ter se constrangido e disse não ter sido a primeira muçulmana a dirigir uma oração perante homens e mulheres. Para ela, a liderança dos homens nas orações foi apenas uma decisão imposta pelos juristas islâmicos e não uma prescrição alcorânica (Prado *et al.* 2008, p. 288).

Assim como Wadud, Barlas, no discurso comemorativo dos 40 anos da Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL), em Junho de 2008, causou certo mal estar entre os presentes ao apresentar suas ideias. Seu discurso foi, por muitos, considerado “inoportuno e polêmico”⁵. Entre outras questões, Barlas chamou a atenção para alguns problemas que os muçulmanos enfrentam na atualidade, dentre eles, a ausência de igualdade entre sexos, sendo as mulheres discriminadas. Diz ela: “podemos e *devemos* contestar as leituras do Corão contra as mulheres dado que essas leituras

⁴ Asma Barlas é professora de Política e diretora do Centro para o Estudo da Cultura, Raça e Etnicidade no *Ithaca College*, Nova York. Amina Wadud, afro-americana converteu-se ao Islã nos anos 1980. Teve sua formação acadêmica em universidades islâmicas na Líbia, no Egito e na Malásia.

⁵ Entrevista reproduzida no *Al Furqán*, 2008, p. 19.



também corroem o nosso conceito de um Deus justo não criado, e por essa razão, nem masculino, nem feminino, e por isso, também, acima da parcialidade sexual”⁶.

Feministas, ativistas e intelectuais:

Apesar da aceitação do feminismo islâmico, por alguns, há duras críticas no mundo muçulmano, por ser considerado ilegítimo. O feminismo islâmico tem um discurso de “igualdad de género y justicia social que surge de la comprensión del mandato coránico. Su principal objetivo es poner en práctica los derechos y la justicia para todos los seres humanos, en la totalidad de su existencia, a través del continuo público-privado (Badran, 2008. p. 106).

No âmbito das apresentações, a ativista indiana Sharifa Khanam chamou a atenção por ser responsável pela criação de uma *jamaat* feminina, congregação que tem como objetivo dar um espaço de expressão para as mulheres muçulmanas. Essa iniciativa tem enfrentado a autoridade do sistema *jamaat* tradicional, que controla a vida social dos muçulmanos em sua região. A *jamaat*, antes exclusiva para os homens, também trata de assuntos comunitários, como casamentos, divórcios, pensões e tem lutado para a construção da sua própria mesquita. A *jamaat* feminina faz também uma interpretação mais liberal da *sharia* (lei islâmica), libertando a mulher do controle patriarcal. Khanam faz questão de deixar claro que essa não é uma luta religiosa, mas sim uma luta política. Essa é uma resposta à posição do *imam* da sua região, que diz que as mulheres não devem ir à mesquita para que os homens não se “distraiam”, com as suas presenças. Segundo Khanam, alguns *imams* acusam as mulheres de estarem tentando acabar com a família, pois hoje elas também começaram a fazer o *talaq* (pedido de divórcio) aos homens. Ela, porém, diz que não desistirá da sua luta e não se preocupa com as ameaças que sofre.

Outra ativista muçulmana, Sabin Malik, de procedência paquistanesa, vive na Inglaterra trabalhando com jovens e mulheres, coordenando projetos e assessorando autoridades locais e organizações em todo o mundo, tendo como foco a coesão comunitária na luta contra o extremismo ultra direita e do fundamentalismo religioso. Malik apela às mulheres muçulmanas para que tirem o *niqab*, a vestimenta que cobre o rosto, (e não o *hijab*, que é o véu usado pelas muçulmanas). Com esse apelo sugere que as muçulmanas não sejam anônimas, que se mostrem como muçulmanas. Malik revelou que antes dos ataques dos radicais islâmicos no Ocidente, nunca tinha sido molestada por usar o *hijab*, mas que atualmente as mulheres muçulmanas têm sido desencorajadas a usá-lo, em

⁶ Idem p. 14, grifos da autora.



decorrência da onda “islamofóbica” que percorre alguns países⁷. Assim, acredita que as mulheres podem lutar contra o extremismo, mas que para que isto aconteça é necessária uma mudança de postura não somente das mulheres, mas também dos homens, a cerca do Islã.

Entre as mulheres árabes, que estavam presentes, Bouthaina Shaaban, síria, assessora presidencial para assuntos políticos e informação, com *status* de Ministra, escritora, professora da Universidade de Damasco, se autoidentifica como uma “mulher intelectual árabe-muçulmana”. Propõe uma discussão que relaciona o feminismo global e o feminismo islâmico e tem um discurso que se estende, sobretudo, sobre as questões humanitárias. Shaaban chama a atenção para a existência de escritoras, poetisas, doutoras e outras profissionais muçulmanas, e que o mundo ignora, enxergando apenas talibãs e extremistas. Por isso, pensa num feminismo islâmico que proporcione o diálogo entre Oriente e Ocidente.

Também Rafiah al-Talei, uma jovem jornalista de Oman, centra seus esforços nos desafios políticos. Luta para que haja maior participação feminina na política e diz seguir trabalhando em prol de uma democracia. Como jornalista, usa a mídia, eletrônica e escrita, como ferramenta para falar com as mulheres.

Ainda dentro do mundo árabe, e sobre as questões relativas aos direitos da mulher, Fatma Khafagy, que é doutorada em Planificação do Desenvolvimento pela Universidade de Londres e autora de várias publicações sobre os direitos das mulheres árabes, dentre outras atividades, juntamente com outros grupos formados por muçulmanas (e não muçulmanas), tem empenhado seus esforços para mudar os atuais códigos da família no Egito, devido aos problemas sociais que o antigo código tem causado. Ela diz que milhares de crianças egípcias têm sido abandonadas nas ruas, pela recusa dos maridos no cumprimento dos seus deveres para com suas ex-esposas (e filhos). Portanto, luta para que a poligamia seja, pelo menos, restringida no país e que o pedido de divórcio não seja unilateral. Foca seu interesse também contra a mutilação genital feminina e o assédio sexual. A idéia é a erradicação dessa prática cultural e pré islâmica.

No Marrocos, Anouar Majid e Souad Eddouada discutem o feminismo como um contexto emergente na tentativa de mostrar, segundo Majid, a “hipocrisia” e convidam os muçulmanos a uma reflexão. Já Eddouada diz que o feminismo político reclama outra identidade, não abaixo da patriarcalidade, mas em nome de uma interpretação que proporcione os direitos da mulher.

Também as asiáticas contribuíram com as discussões. Em sua apresentação Siti Musdah Mulia, que é doutorada em pensamento islâmico, disse que juntamente com um grupo de outros 11

⁷ Felice Dassetto (2007) não concorda com o termo islamofobia, preferindo xenofobia. Para o autor, islamofobia é uma reação irracional e generalizada de não muçulmanos contra os muçulmanos, o que diz não ocorrer.



especialistas elaborou o *Counter Legal Draft*, que tinha por objetivo uma revisão no código legal islâmico na Indonésia, com a recomendação da proibição de casamento infantil e a permissão de casamentos inter-religiosos. No entanto, ante a uma violenta onda de protestos, o ministro de Assuntos Religiosos anulou a proposta.

Já Norani Othman, que é uma das fundadoras do grupo *Sisters in Islam*, um programa que visa à formação das mulheres e uma das organizações mais populares no sudoeste asiático, diz que com compromisso e paixão, e um *network* para promover os seus projetos, luta contra os extremismos em prol de um Islã “progressista”. Dentre os seus objetivos, acredita que é preciso criar espaços na esfera pública. Conta com os meios de comunicação para promover publicações acessíveis ao público, incentivar a participação dos homens em favor das lutas femininas, e criar uma rede internacional de mulheres muçulmanas.

O feminismo islâmico também ecoa pela África e uma de suas representantes, Fatou Sow, que é senegalesa e professora de sociologia, tem colaborado com diversas instituições e comitês científicos internacionais e publicado artigos sobre temas referentes a gênero, direitos das mulheres no Islã, reprodução e saúde sexual. Embora com código civil laico, o Senegal convive com a poligamia. Entretanto, se há poligamia, que faça valer os direitos iguais entre homens e mulheres, diz Sow. Penda Mbow, também senegalesa e professora de História em Dakar, tem publicado textos sobre os assuntos políticos e sociais da África, onde discute o papel do Islã. Foi ministra da Cultura do Senegal e tem trabalhado nos enfoques históricos da África e de gênero no Islã. Mbow vem discutindo a dificuldade de inserção da mulher na sociedade muçulmana. Por isso, pensa numa política mais socialista e a união com outras minorias.

Foi também com este pensamento, que a baronesa Manzila Pola Uddin, nascida em Bangladesh, escolheu a vida pública para defender os direitos das mulheres. A proposta foi colocar-se como uma ponte entre os muçulmanos e as autoridades. Diz ela: “Tenho trabalhado durante 18 horas ao dia, muitas vezes com vítimas de violência doméstica, judias e cristãs, tanto como muçulmanas [...].Tem sido duro”. No início dos anos 1970, quando imigrou para a Inglaterra, disse ter sido vítima do que chama de “puro e brutal racismo”. Por isso, vem trabalhando para uma mudança no sentido mais igualitário em relação a todas as mulheres, imigrantes ou não (*El País*, 29.10. 2008). No mesmo sentido, a baronesa de origem Persa, Haleh Afshar, tem trabalhado em favor dos “feminismos”, no plural. Diz-se “feminista moderna”, que reconhece as diferenças e luta pelos direitos no Islã. Acredita na liberdade de escolhas e nas interpretações de cada um, e condena a interferência dos religiosos, pois pensa não haver interferências entre o crente e Deus.



Não somente os muçulmanos de procedência têm se ocupado com as questões sobre as interpretações do *Alcorão* ou a reivindicação de direitos de igualdade entre homens e mulheres no Islã. Há também muçulmanos por conversão que se preocupam com essas questões, como é o caso de Abdennur Prado, diretor e promotor das três edições do congresso. É escritor e poeta, diretor de um *website* que trata de artigos sobre o pensamento islâmico. Promove diálogos islamo-cristão e tem participação ativa em assuntos que abordam racismo e discriminação religiosa.

Nem todas as apresentações do congresso puderam ser abordadas aqui, não por serem menos importantes, mas devido ao espaço/tempo disponível para a minha comunicação, mas penso que importantes questões foram levantadas: *jamaat* feminina, a luta contra terrorismos, maior participação feminina na política, alteração nos códigos civis e de família, proibição dos casamentos arranjados, infantis e poligamia, melhor entendimento do *Alcorão* e das leis para que possa haver um debate mais igualitário, reivindicação do imanato feminino e fim dos castigos corporais, uma leitura religiosa menos patriarcal que privilegie a igualdade entre homens e mulheres. É a mulher muçulmana, representada por essas feministas, ativistas e intelectuais extrapolando a imagem da opressão, do *hijab* como símbolo máximo da submissão ou da aceitação dos casamentos poligâmicos. A proposta é lutar contra os terrorismos e os seus fundamentalismos internos, por um lado, e lutar também pelos seus direitos de ir e vir pelo mundo, sem xenofobismos. Reivindicando usar ou não os seus véus, conforme as suas vontades e não conforme a vontade dos governos ou da sociedade. Enfim, aspirando que o mundo se abra e aceite uma nova realidade de convivência, entre muçulmanos e não-muçulmanos, e que o diálogo acabe com a fenda criada entre o mundo islâmico e não-islâmico no pós-11 de setembro. E que a causa das mulheres muçulmanas possa se estender a todas as mulheres e todas as minorias. Pois, somente dessa forma a proposta humanitária pode realmente se concretizar.

Bibliografia

BADRAN, Margot. “El feminismo islámico en el nuevo Mediterráneo” In: Prado, Abdennur *et al.* Barcelona: oozebap – Colección *Asbab* 02, 2008. pp. 105-133.

BARLAS, Asma. “La hermenéutica coránica y la liberación de la mujer” In: Prado, Abdennur *et al.* Barcelona: oozebap – Colección *Asbab* 02, 2008. pp. 43-59.

DASSETTO, Felice. “There is pluralism in Islam in Europe”. Entrevista a Paco Soto, Junho de 2007. Disponível: http://www.uoc.edu/portal/english/la_universitat/sala_de_prensa/entrevistes/2007/dassetto.html Press room (acesso em 10 de setembro de 2009).

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.



MARQUES, Vera Lúcia M. *Sobre práticas religiosas e culturais islâmicas no Brasil e em Portugal: notas e observações de viagem*. 2009. 270 p. Tese de doutorado. Sociologia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MERNISSI, Fatima. *Sonhos de Transgressão*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

WADUD, Amina. “Epílogo. Entrevista a Amina Wadud” In: Prado, Abdennur *et al.* Barcelona: oozebap – Colección *Asbab* 02, 2008. pp. 43-59.

WADUD, Amina. “From Voice to Action: the New Ijtihad and Social Change”. In: *Tercer Congreso Internacional de Feminismo Islâmico*. Barcelona (Espanha), 24 a 27 de Outubro, 2008.